



CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA O MUNICÍPIO

Procedimento n.º 37/2024/DAF

CPV:
34100000-8 - Veículos a motor

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
CLÁUSULA 1.ª – OBJETO:.....	4
CLÁUSULA 2.ª – CONTRATO:	4
CLÁUSULA 3.ª – PRAZO:.....	5
CAPÍTULO 2 – DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS	5
SECÇÃO 1 – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR	5
SUBSECÇÃO 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
CLÁUSULA 4.ª – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR:.....	5
CLÁUSULA 5.ª – ATUALIZAÇÕES JURÍDICO-COMERCIAIS	7
CLÁUSULA 6.ª – FORMA DE FORNECIMENTO	8
CLÁUSULA 7.ª – CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS.....	8
CLÁUSULA 8.ª – ENTREGA DOS BENS OBJETO DE CONTRATO:.....	8
CLÁUSULA 9.ª – INSPEÇÃO E TESTES:	9
CLÁUSULA 10.ª – INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS:.....	10
CLÁUSULA 11.ª – ACEITAÇÃO DOS BENS:	10
CLÁUSULA 12.ª – GARANTIA TÉCNICA:	11
CLÁUSULA 13.ª – MANUTENÇÃO:	12
CLÁUSULA 14.ª – GARANTIA DE CONTINUIDADE DE FABRICO:.....	12
SUBSECÇÃO 2 – DEVER DE SIGILO	12
CLÁUSULA 15.ª – OBJETO DO DEVER DE SIGILO:	12
CLÁUSULA 16.ª – PRAZO DO DEVER DE SIGILO:.....	13
CLÁUSULA 17.ª – PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS	13
CLÁUSULA 18.ª – SEGUROS	14
CLÁUSULA 19.ª – CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	14
SECÇÃO 2 – OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE.....	16
CLÁUSULA 20.ª – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FÓZ CÔA	16
CLÁUSULA 21.ª – CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO	17
CLÁUSULA 22.ª – PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL:	17
CLÁUSULA 23.ª – REVISÃO DE PREÇOS.....	18
CLÁUSULA 24.ª – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:	18
CLÁUSULA 25.ª – FATURAÇÃO	19



CAPÍTULO 3 – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....	19
CLÁUSULA 26.ª – PENALIDADES CONTRATUAIS:.....	19
CLÁUSULA 27.ª – FORÇA MAIOR:	20
CLÁUSULA 28.ª – RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO:	21
CLÁUSULA 29.ª – RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR:	22
CAPÍTULO 4 – CAUÇÃO.....	22
CLÁUSULA 30.ª – EXECUÇÃO DA CAUÇÃO:	22
CAPÍTULO 5 – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	23
CLÁUSULA 31.ª – FORO COMPETENTE:.....	23
CAPÍTULO 6 – DISPOSIÇÕES FINAIS	23
CLÁUSULA 32.ª – SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL:	23
CLÁUSULA 33.ª – COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES:.....	23
CLÁUSULA 34.ª – CONTAGEM DOS PRAZOS:.....	23
CLÁUSULA 35.ª – GESTOR DO CONTRATO.....	23
CLÁUSULA 36.ª – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	24
ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	25
CLÁUSULA 1.ª – OBJETO DO CONTRATO.....	25
CLÁUSULA 2.ª – LOCAL DE ENTREGA.....	25
CLÁUSULA 3.ª – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS.....	25
CLÁUSULA 4.ª – CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	25
CLÁUSULA 5.ª – ESPECIFICAÇÕES DA VIATURA	26

Capítulo 1 – Disposições gerais

Cláusula 1.ª – Objeto:

1.O objeto do contrato é aquisição de bens, consistindo, de acordo com as cláusulas técnicas descritas no **Anexo I** deste Caderno de Encargos, no **AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA O MUNICÍPIO**. A Aquisição de duas viaturas “Todo o terreno” (4x4) de tipologia diferente e para estruturas diferentes, Corporação de Bombeiros e Serviço Municipal de Proteção Civil. Ambas direcionadas para trabalhos de prevenção, apoio à decisão e operacionalidade em diferentes ações de socorro. E duas viaturas ligeiras de passageiros elétrico e híbrido (transporte escolar).

Cláusula 2.ª – Contrato:

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceitos pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos

Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª - Prazo:

1. O contrato mantém-se em vigor após a sua assinatura e até à entrega dos bens ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. O contrato cessa quando for entregue a viatura, de acordo com as especificações técnicas.

3. A entrega da viatura deverá ser realizada no prazo inferior ou igual a:

Lote 1 - 60 dias

Lote 2 - 120 dias

Lote 3 - 90 dias

Lote 4 - 90 dias

A contar da outorga do contrato, nas quantidades e variedades mencionadas nas listagens anexas.

4. A alteração deste prazo deverá ser devidamente justificada e só será aceite por razões alheias ao concorrente.

Capítulo 2 – Disposições contratuais

Secção 1 – Obrigações do fornecedor

Subsecção 1 – Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor:

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Não alterar as condições de fornecimento para além dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- b) Obrigação de proceder a entrega do bem junto as instalações do Município de Vila Nova de Foz Côa (Praça do Município);
- c) Obrigação de garantir que o bem cumpre com as Especificações Técnicas definidas no Anexo I do presente caderno de encargos;
- d) Executar o serviço que lhe for adjudicado, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- e) Obrigação de dar assistência técnica após venda a viatura em causa nos termos das especificações técnicas;
- f) Obrigação do cumprimento do prazo de entrega do bem em conformidade com o estabelecido no presente Caderno de Encargos;
- g) Tratar, junto das entidades competentes, de todos os documentos inerentes ao registo de propriedade, da viatura a adquirir, contando, sempre que necessário, com o apoio da parte da entidade adjudicante;
- h) Cumprimento dos requisitos legais em vigor e garantia da qualidade dos produtos;
- i) Obrigação de garantia dos bens objeto do contrato;
- j) Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados ao Município de Vila Nova de Foz Côa relativos a entrega do bem identificado na sua proposta e que resultem da ação ou omissão do(s) seu(s) profissional(ais);
- k) Prestar, de forma correta e fidedigna, as informações referentes as condições de fornecimento, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem e que venham a ser solicitados;
- l) Garantir o sigilo quanto a informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
- m) Obrigação de garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que digam respeito a Câmara Municipal e seus serviços;
- n) Nomear um técnico que represente o adjudicatário em tudo o que concerne ao contrato a executar, bem como quaisquer alterações relativamente a sua nomeação,

o qual servira de interlocutor entre a entidade adjudicante representada pelo gestor de contrato e o adjudicatário.

o) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, a entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento do bem objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;

p) Não alterar as condições de fornecimento do bem fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;

q) São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a entidade adjudicante vier a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

r) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento do contrato;

s) Respeitar as normas aplicáveis em vigor, em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional

2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª - Atualizações Jurídico-Comerciais

1. O adjudicatário deve comunicar ao Município de Vila nova de Foz Côa, através da figura do Gestor de Contrato, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:

- a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
- b) A sua denominação e sede social;

- c) A sua situação jurídica;
- d) A sua situação comercial.

2 — O adjudicatário obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Cláusula 6.ª - Forma de Fornecimento

O adjudicatário fica obrigado a fornecer o bem e a prestar a assistência nos termos das especificações que se anexam e em perfeita consonância com os serviços do Município.

Cláusula 7.ª - Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo I** deste caderno de encargos, que dele faz parte integrante.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4. O fornecedor é responsável perante o Município de Vila Nova de Foz Côa por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 8.ª - Entrega dos bens objeto de contrato:

- 1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues, devidamente legalizados e homologados, ao Município de Vila Nova de Foz Côa, no prazo máximo contados após a celebração do contrato (cláusula 33, ponto 3).

2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a **transferência da posse e da propriedade** daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato, os respetivos documentos, deslocações até ao local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 9.^a - Inspeção e testes:

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, **no prazo de 10 (dez) dias**, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no **Anexo I** do caderno de encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no mesmo capítulo e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre a laboração dos materiais.

3. Durante a fase realização de testes, o fornecedor deve prestar ao Município de Vila Nova de Foz Côa toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 10.^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias:

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** do caderno de encargos, o Município de Vila Nova de Foz Côa deve de isso informar, por escrito, o fornecedor.

2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Vila Nova de Foz Côa, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município de Vila Nova de Foz Côa procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 11.^a – Aceitação dos bens:

1. Caso os testes a que se refere a **cláusula 9.^a** comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** do presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e do Município de Vila Nova de Foz Côa.

2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o Município de Vila Nova de Foz Côa, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo I** do presente caderno de encargos.

Cláusula 12.ª - Garantia técnica:

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato pelo, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

A garantia prevista no número anterior abrange:

- a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g. A mão-de-obra.

2. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o Município de Vila Nova de Foz Côa tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

3. Durante o prazo de garantia o adjudicatário é obrigado a proceder, imediatamente, e à sua custa, à substituição de peças, materiais ou equipamentos, e a executar todos os trabalhos que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal dos bens nas condições previstas para os quais foram concebidos.

4. Excetuam-se do disposto no número anterior, o preço das peças substituídas nas revisões (pastilhas e outros de material similar de desgaste rápido), que será suportado pela entidade adjudicante.

Cláusula 13.^a - Manutenção:

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar uma proposta detalhada de **manutenção a 3 (três) anos no mínimo**, a vigorar após o termo do prazo de garantia apresentado, incluindo a reparação das respetivas avarias, defeitos, inoperacionalidade ou danos resultantes de sinistros, de acordo com os preços de deslocações, material, mão de obra.

2. A aceitação, pelo Município de Vila Nova de Foz Côa, das condições contratuais propostas pelo adjudicatário nos termos previstos no número anterior é totalmente livre, não estando incluído na adjudicação do presente procedimento nem no seu preço contratual proposto.

Cláusula 14.^a - Garantia de continuidade de fabrico:

Para o Lote 1 e lote 2, o adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilísticas aplicáveis, mínimo de 3 (três) anos. Para o lote 3 e para o lote 4, o fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo de 5 (cinco) anos no mínimo.

Subsecção 2 – Dever de sigilo

Cláusula 15.^a - Objeto do dever de sigilo:

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila Nova de Foz Côa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 16.^a - Prazo do dever de sigilo:

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do **prazo de 3 (três) anos** a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 17.^a - Patentes, licenças e marcas registadas

- 1 — São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, durante execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
- 2 — Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o

adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.

Cláusula 18.^a - Seguros

1 — O adjudicatário obriga-se a ter em dia ou a contrair, todos os seguros necessários e obrigatórios para a execução da aquisição do bem objetos do presente contrato.

2 — O Município de Vila Nova de Foz Côa pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la dentro do prazo indicado.

Cláusula 19.^a - Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

1 — O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Primeira Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2 — Os dados pessoais a que a Segunda Outorgante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da Primeira Outorgante.

3 — O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Primeira Outorgante.

4 — No caso em que a Segunda Outorgante seja autorizada pela Primeira Outorgante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5 — O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, na sua versão atualizada, doravante designada por LPDP) e nas demais legislações aplicáveis, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a Segunda Outorgante celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6 — O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislações aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;

b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Primeira Outorgante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Primeira Outorgante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7 — O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Primeira Outorgante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8 — Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à Segunda Outorgante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a Segunda Outorgante e o referido colaborador.

9 — A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Secção 2 – Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 20.^a – Obrigações do Município de Vila Nova de Foz Côa

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente CE ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicante, as seguintes obrigações principais:

a) Efetuar o controlo de qualidade do bem objeto do contrato, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, de interface e de segurança, contratadas;

b) Monitorizar o desempenho no que respeita ao cumprimento das condições de entrega/fornecimento do bem (serviço pós-entrega);

c) Designar o interlocutor responsável pelo controlo da receção do bem e o responsável pela execução do contrato;

d) O pagamento do preço contratado será realizado após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva, em geral, por transferência bancária;

e) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;

f) Facultar toda a informação relativa à aquisição do bem objeto do contrato ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado.

g) Monitorizar a execução do contrato;

h) Aplicação das devidas sanções contratuais em caso de incumprimento, quando aplicável

Cláusula 21.ª - Consulta Preliminar ao Mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base para cada um dos lotes.

Cláusula 22.ª - Preço base e preço contratual:

1.O **Preço base** que a entidade adjudicante se dispõe a pagar não deve exceder o montante de € 220.000,00 (duzentos e vinte mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução que constitui o objeto do contrato. Este valor decompõe-se em dois lotes da seguinte forma:

Lote 1 - Viatura Pickup - € 50.00,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 2 - Viatura ambulância 4x4- € 113.000.,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 3 - Viatura ligeira de Passageiros elétrica - € 25.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 4- Viatura ligeira de Passageiros Híbrido - € 32.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

2.Pelo fornecimento dos bens do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor os preços constantes da proposta adjudicada, até ao valor limite da proposta vencedora **preço contratual**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, após entrega dos mesmos.

3.Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao município, nomeadamente, os relativos ao transporte dos bens objeto do contato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4.Caso o Município de Vila Nova de Foz Côa venha a ser demandado por ter infringido, quaisquer direitos referentes à utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, o adjudicatário indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, tenha e de todas as quantias que tenha de pagar a título de indemnização.

5.Os preços a que se refere o n.º 2 será pago nos termos da cláusula 25.º.

Cláusula 23.ª - Revisão de preços

Os valores apresentados na proposta do concorrente vigorarão até ao fim do contrato.

Cláusula 24.ª - Condições de Pagamento:

1. A(s) quantia (s) devida(s) pelo Município de Vila Nova de Foz Côa, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias, após a receção pela autarquia das faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para efeito do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a entrega dos bens objeto e com a confirmação do auto de receção respetivo.

3. Em caso de discordância por parte do Município de Vila Nova de Foz Côa, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder às devidas regularizações.

4. A fatura deverá ser emitida em nome do Município de Vila Nova de Foz Côa, com referência aos documentos que lhe deram origem.

5. Não haverá lugar a adiantamentos.

Cláusula 25.^a - Faturação

1 — É obrigatório o envio de faturação eletrónica conforme indicações definidas no Decreto-Lei n.º 66-A/2022, de 30 de setembro.

2 — A fatura do objeto do contrato deverá ser emitida de acordo com as solicitações da entidade adjudicante e após a execução dos trabalhos e a aceitação da mesma por parte dos respetivos serviços municipais responsáveis.

3 — As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Vila Nova de Foz Côa, NIF 506 829 197, sito na Praça do Município, 5150-642 Vila Nova de Foz Côa, e remetidas para a solução adotada pelo Município de Vila Nova de Foz Côa, a plataforma YET - Your Electronic Transactions, acessível em <https://yetspace.com>, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo especificar:

- a) N.º compromisso;
- b) Descrição do bem;
- c) Preços unitários;
- d) Taxa de IVA aplicável;
- e) Valor total da fatura: valor sem IVA e valor com IVA.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária

Capítulo 3 – Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 26.^a - Penalidades contratuais:

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila Nova de Foz Côa, pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos da legislação em vigor.

2. Pelo incumprimento das datas, prazos de entregas dos bens objeto do contrato, bem como os demais prazos estipulados, até 5% do valor adjudicado, excluindo o IVA.

3. Pelo incumprimento da obrigação da garantia técnica, até 5% do valor adjudicado, excluindo o IVA.;

4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Vila Nova de Foz Côa, pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 5% do valor adjudicado, excluindo o IVA;

5. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da **alínea a) do n.º 1**, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução;

6. O Município de Vila Nova de Foz Côa, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, obrigando-se para tal o fornecedor a emitir Nota de Crédito correspondente, após notificação da Município.

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila Nova de Foz Côa, exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 27.^a - Força maior:

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outras formas resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele venham a recair;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 28.^a - Resolução por parte do contraente público:

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Vila Nova de Foz Côa pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das ações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Município de Vila Nova de Foz Côa, nos termos gerais de direito.

Cláusula 29.^a - Resolução por parte do fornecedor:

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o fornecedor pode resolver o contrato, se houver qualquer montante que lhe seja devido há mais de 3 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vila Nova de Foz Côa, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do código dos contratos públicos.

Capítulo 4 - Caução

Cláusula 30.^a - Execução da caução:

Não é exigida caução nos termos do n.º 2 do artigo n.º 88 do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo 5 – Resolução de litígios

Cláusula 31.^a – Foro competente:

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo 6 – Disposições finais

Cláusula 32.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual:

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão de posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 33.^a – Comunicações e notificações:

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 34.^a – Contagem dos prazos:

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 35.^a – Gestor do Contrato

1. O contraente público deve designar um gestor do contrato nos termos do artigo 290.º – A, com a função de acompanhar permanentemente a execução do

respetivo contrato. A identificação do gestor do contrato constitui parte integrante do contrato a celebrar conforme disposto na alínea i), do artigo 96º do CCP.

2. Caberá ao gestor de contrato a responsabilidade de controlar a execução financeira, técnica e Material do contrato.

3. O nome e contactos do gestor de contrato do adjudicatário serão indicados no programa de procedimento.

Cláusula 36.^a - Legislação aplicável

Em tudo o não especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplicar-se-ão as correspondentes disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atualizadas, e subsidiariamente as demais legislações subsidiária.

Concurso publico internacional para" Aquisição de Viaturas para o Município"

ANEXO I – Especificações Técnicas

Cláusula 1.ª - Objeto do contrato

O objeto do contrato consiste na **AQUISIÇÃO DE VIATURAS PARA O MUNICÍPIO**, no qual pretendem as presentes cláusulas técnicas definir as características da proposta.

Cláusula 2.ª - Local de entrega

1 — A viatura deverá ser entregue junto ao edifício dos paços do concelho da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, sito Praça do Município, Vila Nova de Foz Côa.

2 — A entrega deverá ser nos termos a acordar entre a entidade contratante e o cocontratante, devendo a data ser previamente acordada com o Município de Vila Nova de Foz Côa.

Cláusula 3.ª - Características técnicas e funcionais

Relativamente ao bem a fornecer, deverá ser garantida a qualidade dos materiais empregados no seu fabrico, tecnologia de produção e características que assegurem um funcionamento eficaz, com vista ao cumprimento das normas europeias de qualidade.

Cláusula 4.ª - Características gerais

O bem objeto do presente contrato deverá:

a) Integrar materiais e componentes ajustados às especificações técnicas definidas e compatíveis com a caracterização apresentada nas cláusulas seguintes;

- b) Apresentar características dimensionais compatíveis com as a que se destinam, respeitando as principais dimensões identificadas na cláusula seguinte;
- c) Apresentar características ergonómicas que permitam as melhores condições de conforto e segurança e o melhor rendimento das funções a que se destinam;
- d) Apresentar características de boa estabilidade em todas as condições de utilização previsíveis;
- e) Apresentar resistência compatível com uma utilização intensiva nas condições usuais;
- f) Apresentar soluções sem elementos agressivos ou quaisquer outros que possam interferir com a posição normal dos utilizadores.

Cláusula 5.^a - Especificações da viatura

As seguintes características são para a aquisição de uma viatura nova. O fornecimento da viatura deve respeitar as seguintes características mínimas:

Lote 1 Viatura Pickup

1. Caraterísticas técnicas para uma (1) viatura pesada pickup 4x4:

a. Motorização:

- i. Combustível Diesel;
- ii. Cilindrada [cm³]: 1900 e <2000;
- iii. Potência 170 CV (mínimo) e 205 CV (máximo);
- iv. Caixa automática;
- v. Carga útil para 1000 kg (máximo).

b. Exterior:

- i. Volume máximo da carga de 1400m³;
- ii. Pintura branca;
- iii. Faróis diurnos;
- iv. Faróis de nevoeiro;
- v. Retrovisores exteriores com regulação elétrica;
- vi. Espelhos retrovisores exteriores de comando elétrico e aquecimento (desembaciamento);

c. Interior, conforto e segurança:

- i. Quatro portas;
- ii. Cinco lugares;
- iii. Cabine dupla;
- iv. ABS (sistema de anti bloqueio de travagem);
- v. BA (assistência à travagem)
- vi. ESP (Programa eletrónico de estabilidade);
- vii. Airbags frontais condutor e passageiro;
- viii. Elevadores elétricos dos vidros
- ix. Ar condicionado
- x. Sensores de estacionamento traseiros;
- xi. Cruise Control;
- xii. Suporte extintor de incêndios;
- xiii. Janelas traseiras automáticas;
- xiv. Pneu suplente;
- xv. Tomada de corrente traseira;

Lote 2 Viatura Ambulância

2. Caraterísticas técnicas para uma (1) viatura ambulância 4x4:

d. Motorização e depósito de combustível:

- i. Combustível Diesel;
- ii. Potência 190 CV (mínimo);
- iii. Cilindrada 1900 (mínimo);
- iv. Caixa de velocidades automática;
- v. Depósito de combustível com capacidade para 93 Litros (mínimo);
- vi. Carga útil para 1030 kg (mínimo).
- vii. Emissão de gases poluentes de acordo com a norma em vigor à data do fornecimento;

e. Exterior:

- i. Pintura branca;
- ii. Faróis diurnos;
- iii. Faróis de nevoeiro;
- iv. Luzes de travagem de emergência;
- v. Retrovisores exteriores com regulação elétrica
- vi. Peso máximo autorizado 3500 kg;
- vii. Peso máximo autorizado com reboque 5500 kg;

f. Interior, conforto e segurança:

- i. Sistema de monitorização da pressão dos pneus;
- ii. ABS;
- iii. Airbags frontais condutor e passageiro;
- iv. Elevadores elétricos dos vidros
- v. Ar condicionado;
- vi. Volante ajustado em altura e profundidade;
- vii. Advertência do cinto de segurança;
- viii. Assistente de faixa de rodagem;
- ix. Sensor de chuva;
- x. Cruise control

Pretende-se que a Ambulância de Emergência seja concebida e equipada para o transporte de cuidados de doentes urgentes e emergentes. Para tal esta terá de ter as seguintes caraterísticas:

CABINE DE CONDUÇÃO:

- Dois lugares na cabine;
- Display de comando de luzes e sirene;
- Disjuntor unipolar de proteção (220 V);

- Tomada de 12 V;
- Luz de leitura de mapas;
- Intercomunicador entre a cabine e célula sanitária;
- Suporte para um extintor;
- Carta-Corrente.
- Consola central

CELULA SANITARIA:

- Estrutura Interior reforçada com tratamento anti corrosão;
- Divisória rígida de separação entre cabine e célula sanitária, equipada com dois vidros móveis que permitem a comunicação;
- Piso e painéis com revestimento térmico e acústico, em material lavável de excelente qualidade;
- M860 - Um Carrinho/maca amovível, certificado em conformidade com a norma EN 1865-1 de conceção colocado na lateral esquerda da célula sanitária, cobertura dos pés da maca com inclinação ajustável em quatro posições, quatro punhos extensíveis, com colchão forrado a material lavável, não absorvente, cintos de segurança tipo colete, apoio de pés, apoios de braços rebatíveis e suporte de soro amovível. Maca destacável do carrinho. Carrinho com pernas articuladas e seis posições de altura para ajustar as diferentes necessidades;
- A150 - Um Charriot, certificado em conformidade com a norma EN 1865-5 de conceção, estrutura em alumínio, que permite a deslocação do conjunto maca/carrinho ao centro, movimentação transversal e longitudinal, acrescido de sistema TRENDLEMBURG e com suporte para aplicação de maca "Pluma";
- Dois Bancos individuais, equipados com encosto de cabeça e cintos de segurança de 3 pontos. Revestidos em napa ignífuga, lavável, com características antifúngicas e antibacterianas, em conformidade com a norma

EN 1789. As fixações dos mesmos ao piso da viatura encontram-se homologadas de acordo com o Regulamento Europeu R14, R16 e R17, sendo um colocado a cabeceira da maca (no sentido contrario ao de marcha) e outro rotativo e rebatível na parte lateral direita;

- Suporte para duas garrafas de oxigénio 20lts;
- Suportes para oxigénio portátil;
- Dois suportes para soro;
- Dois varões longitudinais no teto da célula;
- Calha de iluminação em Led, com luz de penumbra;
- Dois focos de luz de intensidade variável;
- Ventilador elétrico com sistema de extração/introdução de ar aplicado no teto da célula;
- Vários armários para primeiros socorros;
- Suporte para cadeira de transporte C600;
- Suporte para Plano duro adulto e Plano duro pediátrico;
- Armário com prateleiras para colocação de sacos de 1ºs socorros;
- Lavatório com água fornecida por bomba elétrica;
- Porta toalhetes e saboneteira;
- Armário com gavetas para acomodação de equipamento, com frente em diversas cores, de acordo com a portaria;
- Contentor de cortantes;
- Ar Condicionado quente e frio, com comando independente e funcionamento manual e automático;
- Sistema de aviso entre a célula e a cabine de condução;
- Conversor de corrente 12/220v 1000w, com 2ª bateria e carregador;
- Quatro Tomadas de 12 V e quatro de 220 V;
- Projetor orientável e destacável em led, aplicado na parte de trás da célula;
- Display de Comandos digital.

EXTERIOR DA VIATURA:

- Degrau lateral elétrico automatizado;
- Dois rotativos de cor azul tecnologia led;
- Ponte frontal azul tecnologia led;
- Dois sinalizadores azuis leds aplicados na grelha frontal;
- Sistema acústico de cinco tons com potencia de 100 W e alta voz;
- Oito sinalizadores intermitentes laranja aplicados nas laterais do tejadilho;
- Dois projetores de iluminação em led aplicados nas laterais da viatura;
- Tomada exterior de 220 V;
- Todos os vidros da célula sanitária foscados a 2/3 com papel especial autocolante de modo a garantir a privacidade do paciente;
- Decoração exigida por portaria e Regulamento de Transporte de Doentes.

A adaptação da Ambulância de emergência, no que respeita ao equipamento, é de acordo com a portaria DR nº1147/01 de 28 de setembro com as alterações introduzidas pelas Portarias nºs 1301-A/2002 de 28 de setembro e 402/2007 de 10 de abril, para ambulância tipo B.

Designação	Quantidade
Maca de vácuo	1
Maca tipo Pluma ou Radimax	1
Maca de transferência	1
Cadeira de rodas	1
Colete de extração	1
Plano duro longo com imobilizadores de cabeça, e aranha	1
Conjunto de colares cervicais Nec Loc de 2 peças	8
Conjunto de talas de Madeira com bolsa de transporte(2 unidades de 50 cm; 90 cm; 120cm x 7 cm)	1
Estetoscópio Adulto	1
Esfigmomanómetro portátil adulto	1

Termómetro digital	1
Lanterna para observação	1
Analizador de glicemia com lancetas e tiras reagente (10)	1
Lençóis para queimados	2
Malas/saco para acondicionamento de material Azul, Verde e Amarelo	3
Sistema completo de oxigénio para duas garrafas de 20 lts; 1 doente SEM GARRAFAS (1) inclui: Mascara de oxigénio Adulto; embutidor curvo para oxigénio; redutor FX de oxigénio voltado; debitómetro de coluna; tomada dupla de oxigénio e copo humidificador.	1
Suporte para Sistema de oxigénio portátil	1
Aspirador elétrico com bateria Weinman basic com copo descartável	1
Tubos orofaríngeos/ guedel. (Conj. 8 unidades, nos tamanhos 000;00;0;1;2;3;4;5)	1
Tubos nasofaríngeos (conjunto de 4 elementos) Adulto e Pediátrico	1
Máscara p/ ventilação boca/máscara	1
Insuflador manual Adulto, com 2 tamanhos de máscara; filtro de insuflador; tubo de extensão e saco enriquecedor O2	1
Insuflador manual Pediátrico, com 2 tamanhos de máscara; filtro de insuflador; tubo de extensão e saco enriquecedor O2.	1
Sondas de aspiração adulto (CH12; CH14;CH16;CH18)	4
Sondas de aspiração pediátrico (CH6; CH8)	2
Sondas de nasais adulto (CH12; CH14;CH16;CH18)	4
Sondas de nasais pediátrico (CH6; CH8)	2
Cânulas nasais adulto (óculos O2)	4
Cânulas nasais pediátricos (óculos O2)	4
Máscaras descartáveis oxigénio com prolongamento Adulto	5
Máscaras descartáveis oxigénio com prolongamento Pediátrico	5
Máscaras descartáveis oxigénio com prolongamento Alta concentração Adulto	5
Máscaras descartáveis oxigénio com prolongamento Alta concentração Pediátrico	5
Coberta isotérmica	1

Lençóis descartáveis	20
Contentor cortante	1
Sacos para vômito	10
Tina em forma de rim	1
Arrastadeira	1
Urinol	1
Luvas cirúrgicas estéreis S;M;L	15
Luvas não estéreis (ex 100)	1
KIT de partos	1
Saco transporte de cadáveres	1
Coletes retrofletores EN471	2
Par de luvas de proteção	2
Capacetes de proteção	2
Óculos de proteção	2
Corta cintos de segurança	1
Lanterna portátil c/ acumulador de energia	1
Extintor de 6kl	1
Radio de comunicação Banda Alta com antena e montagem	1
Material para tratamento de queimaduras. (4 unid. 500 ml de SF e 40 compressas esterilizadas 20x20cm).	1
Material de limpeza e desinfecção de feridas. (2 unid. 100 ml de SF; 5 SF ate 30ml; 45 compressas esterilizadas 10x10 cm, 4 unid. Iodopovidona ate 30 ml.)	1
Radio Siresp com fornecimento de antena	1
Coluna de som para célula sanitária com ligação a radio de comunicações e com comutador ON/OFF	1
Sistema Wig Wag nas óticas na viatura	1
Monitor Sinais Vitais AR Equipment com ECG, SPO2, NIBP e Temperatura. Fornecido com impressora, acessórios adulto e pediátrico, saco e suporte para ambulância	1
Desfibrilhador semi automático Lifepak 1000 (inclui suporte e saco	1

de transporte)	
Imobilizador pediátrico completo com imobilizador de cabeça PEDILOC	1
Diferença para Charriot elétrico A200	1
Película de escurecimento nos vidros da célula sanitária	1
Câmara de marcha atrás	1
Câmara de marcha atrás e câmara de célula sanitária	1
Frigorífico técnico com encastre e frente inox	1
Aquecedor de soros técnico com encastre e frente em inox	1
Despesas de legalização (Homologação da transformação)	1

NOTA:

Local de entrega/de assistência técnica e garantia: Instalações dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Foz Côa.

Garantia da viatura e transformação: 24 meses a contar da data de entrega da viatura.

Lote 3 Viatura ligeira de passageiros elétrico

3. Caraterísticas técnicas para uma (1) viatura ligeira de passageiros elétrico:

- i. Pintura de cor branca;
- ii. Cinco lugares;
- iii. Binário entre 250 Nm a 270 Nm;
- iv. Potência máxima entre 130 cv e 150 cv;
- v. Tipo de Combustível – Elétrico;
- vi. Autonomia - 200km a 426km;
- vii. Consumo médio de energia - 16kWh/100km a 19kWh/100km;
- viii. Tempo de carga - 03:00 (H:m) a 03:40 (H:m);
- ix. Tempo de carregamento rápido - 00:20 (H:m) a 00:30 (H:m);
- x. Capacidade da bateria - 35,0 kWh a 40,0 kWh;
- xi. Caixa Automática;

- xii. Direção Assistida;
- xiii. Cinco portas;
- xiv. Faróis de nevoeiro dianteiros;
- xv. Faróis de nevoeiro traseiros;
- xvi. Espelhos retrovisoresexteriores de comando elétrico e aquecimento (desembaciamento);
- xvii. Inspeção para licenciamento de Transporte Coletivo de Crianças - Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua redação atual;
- xviii. Incluir um carregador de parede, também designado como "Wallbox".

Lote 4 Viatura ligeira de passageiros híbrido

4. Caraterísticas técnicas para uma (1) viatura ligeira de passageiros híbrido:

- i. Pintura de cor metalizada;
- ii. Cinco lugares;
- iii. Potência máxima entre 116 cv e 130 cv;
- iv. Tipo de Combustível – híbrido;
- v. Autonomia - 200km a 426km;
- vi. Consumo médio de energia - 16kWh/100km a 19kWh/100km;
- vii. Tempo de carga - 03:00 (H:m) a 03:40 (H:m);
- viii. Tempo de carregamento rápido - 00:20 (H:m) a 00:30 (H:m);
- ix. Capacidade da bateria - 35,0 kWh a 40,0 kWh;
- x. Tomada de 12V dianteira;
- xi. Caixa Automática;
- xii. Direção Assistida;
- xiii. Sistema de ISOFIX;
- xiv. Fecho central- Proteção de crianças;
- xv. Aviso da colocação dos cintos de segurança;

- xvi. Cinco portas;
- xvii. Comprimento exterior > 4170 mm
- xviii. Altura exterior > 1765 mm
- xix. Faróis de nevoeiro dianteiros;
- xx. Faróis de nevoeiro traseiros;
- xxi. Espelhos retrovisoresexteriores de comando elétrico e aquecimento (desembaciamento);
- xxii. Assistência à travagem;
- xxiii. Inspeção para licenciamento de Transporte Coletivo de Crianças - Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua redação atual;
- xxiv. Incluir um carregador de parede, também designado como "Wallbox".

Paços do Município de Vila Nova de Foz Côa, 21 de junho de 2024
O Presidente da Câmara Municipal,



Dr. João Paulo Lucas Donas Botto Sousa